

PMDB agora quer suprimir limite de 12% para juros

Da Sucursal de Brasília

A liderança do PMDB está disposta a apoiar a supressão do limite de 12% ao ano para as taxas de juros, desde que a redação final mantenha o princípio de que o limite das taxas será fixado em lei. Foi o que o líder do partido no Congresso constituinte, deputado Nelson Jobim (RS), disse ao presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco (PMDB-SE), e ao líder do PFL, José Lourenço (BA). Há uma emenda do deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS) e outra preparada pelo Palácio do Planalto, permitindo a composição.

"Pessalmente, eu sou contra o tabelamento em 12%", disse Jobim em entrevista. Durante um encontro que durou das 9 às 10h, os líderes do PMDB e do PFL encontraram os pontos de contato para supressões no segundo turno. Além dos juros, a licença-paternidade de oito dias, a supressão do limite de seis horas para a jornada em turnos de reve-

zamento e a reserva de mercado para empresas brasileiras de capital nacional nas compras feitas pelo governo.

Jobim não quer definir como "acordo" a conversa que teve com Lourenço. "As votações começam daqui a 15 dias e até lá pode haver arrependimentos", argumentou. Lourenço, de sua parte, acredita que as discussões podem avançar até a supressão da estatização do comércio de sangue. O PFL quer também que o artigo sobre jornada em turnos de seis horas seja totalmente suprimido, e não apenas a expressão "máxima" admitida não só por Jobim mas também pelos partidos de esquerda.

Outro ponto que pode ser suprimido, dependendo de uma série de negociações, é a anistia, aos micro e pequenos empresários urbanos e aos pequenos e médios empresários rurais, da correção monetária dos empréstimos contraídos na época do Plano Cruzado. Jobim, no primeiro turno, encaminhou o voto do PMDB

contra a anistia e tem agora o apoio do governo e do PFL para suprimi-la no segundo turno.

Jobim e Lourenço reafirmaram a convicção de que só mediante acordos de liderança o Congresso constituinte pode reunir quórum para aprovação de emendas supressivas. "Não espero mais do que 350, no máximo 400 deputados nas sessões do segundo turno", disse Jobim. Ele antecipou que grupos de "15, até 20 emendas, podem ser agrupados para votação de uma só vez", o que lhe dá "a esperança de que poderemos votar tudo até o final de agosto".

Depois de falar com Lourenço, Jobim recebeu representantes dos cinco partidos de esquerda (PDT, PT, PSB, PC do B e PCB), que apresentaram 184 emendas ao texto. De acordo com o deputado José Genoíno (PT-SP), o consenso só apareceu em torno da supressão da palavra "máxima" do artigo sobre a jornada de seis horas em turnos de revezamento.



Roberto Freire (PCB), Lula (PT), Jobim (PMDB) e Genoíno (PT) (da esq. para dir.) no gabinete do líder peemedebista

Sant'Anna recorre ao PDS para apresentar supressivas do Planalto

RICARDO AMARAL
Da Sucursal de Brasília

O governo do presidente José Sarney pagou um alto preço por ter baixado a guarda na última semana no Congresso constituinte. Enquanto o presidente estava na China e seu principal assessor legislativo, Henrique Hargreaves, descansava em Juiz de Fora, correu o prazo de apresentação de emendas ao texto do relator Bernardo Cabral. Resultado: o governo teve que desistir de apresentar emendas de correção de texto e seu líder na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), teve que pedir assinaturas ao PDS, adversário da "Nova República", para registrar supressivas.

Sant'Anna se deu conta de que não tinha assinaturas suficientes para registrar todas as emendas. Telefonou para o gabinete do deputado Amaral Netto (PDS-RJ) e pediu que o adversário lhe cedesse os requerimentos assinados em branco por constituintes pedessistas. Foi atendido. Aquela altura, Sant'Anna dispunha de pouco mais de 70 requerimentos e chamou a seu gabinete o vice-líder do PFL, José Lins (CE), para fazer um cruzamento de emen-

das. O objetivo era evitar a repetição de emendas.

Não adiantou muito o esforço. As emendas do PFL concentravam-se nos títulos da Ordem Econômica e dos Direitos Individuais e Sociais. O governo decidiu atacar as Disposições Transitórias. Além disso, o cruzamento foi mal-feito. O deputado Paes Landim (PFL-PI) foi convocado para assinar duas emendas relativas ao funcionamento dos tribunais. Estava de caneta em punho quando percebeu o erro e avisou: "Sant'Anna, não gaste minha caneta, já tem duas emendas do Oscar Corrêa (PFL-MG) sobre esse assunto".

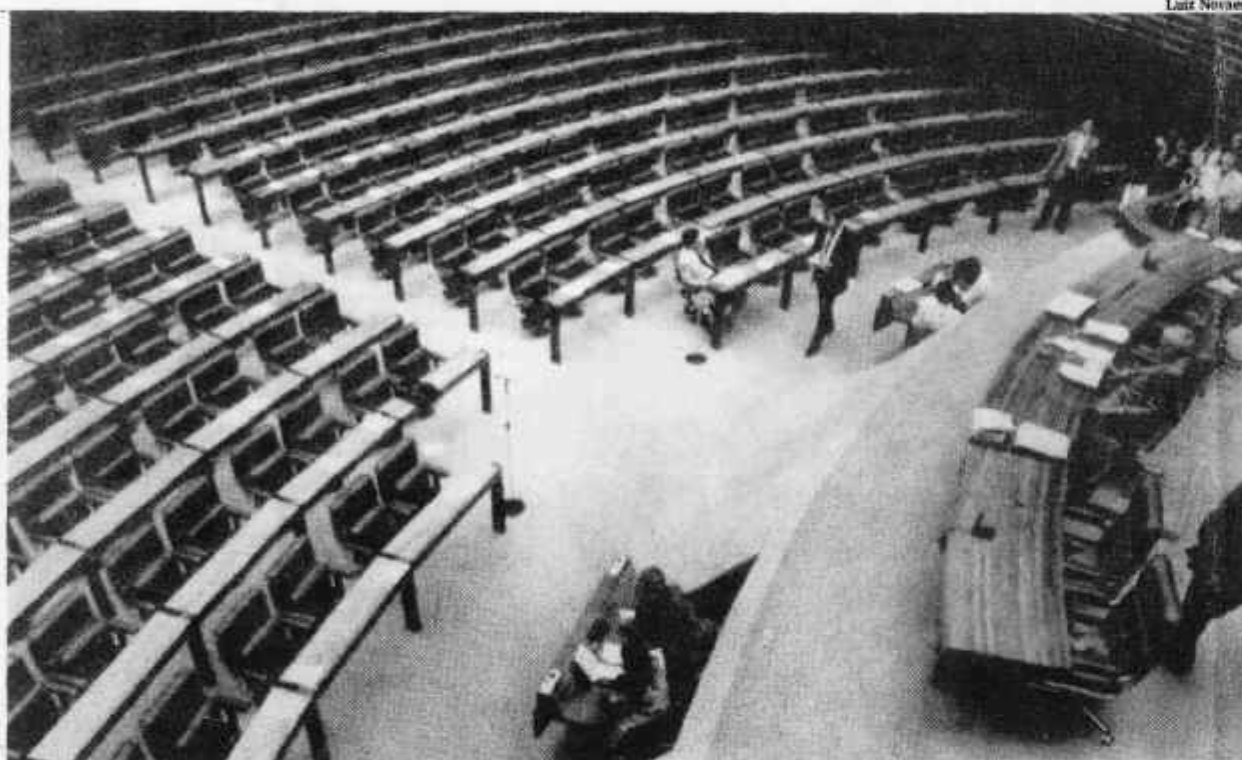
O problema foi criado pelo limite de quatro emendas por parlamentar, imposto pelo regimento interno. Parlamentares do Centrão, em conversas reservadas, queixavam-se da desarticulação do governo. O problema atingiu também o PMDB. "O pessoal me prometeu deixar os requerimentos assinados, mas muita gente desapareceu sem deixar", queixava-se Ronan Tito.

As 21h20, eram 95 as emendas apresentadas pela liderança do PMDB, todas submetidas a uma rigorosa triagem, para evitar des-

perdício de firmas. O mesmo fizeram as esquerdas, concentrando proposta em 184 requerimentos. O PDSB reuniu a bancada durante toda a tarde e só às 21h tinha um levantamento de propostas.

Pelos corredores, a funcionária Selma (não quis dar o sobrenome) procurava um parlamentar disposto a patrocinar uma sugestão do senador Aúreo Melo (PMDB-AM). Melo gastou suas quatro emendas mas ainda queria suprimir uma expressão do artigo 22 das disposições transitórias. "Se eu conseguir a assinatura do senador me paga Cz\$ 5 mil", suplicou a funcionária diante dos deputados Bonifácio Andrade (PDS-MG) e José Genoíno (PT-SP). Em vão.

Se o governo enfrentou problemas, a iniciativa privada trabalhou bem no encaixe de algumas das cerca de 1.500 emendas apresentadas. Gastão Neves, lobista da Paranapanema, desfilava tranquilo com uma supressiva assinada pelo deputado Marcos Lima (PMDB-MG) no primeiro dia do prazo. Para se prevenir, Neves tinha no bolso dois pedidos de destaque assinados em branco por outro parlamentar, antecipando em dez dias o calendário contínuo.



PECEBISTA DISCURSA NO PLENÁRIO VAZIO

No último dia de apresentação e discussão de emendas, mais uma vez o plenário do Congresso constituinte ficou vazio. Os deputados, Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) e Fernando Santana (PCB-BA) se alternaram na presidência da ses-

são. O quórum em plenário variou de um a 12 parlamentares. Fernando Santana, enquanto falava sobre as emendas do PCB, foi advertido por Egidio: "Deputado, seu tempo está terminado e outros estão inscritos para falar." Santana respondeu:

"Ora, senhor presidente, eu vou acabar de falar e os oradores não vão aparecer". A maioria dos parlamentares inscritos não apareceu. Às 18h, Santana encerrou os trabalhos, convocando nova sessão para o dia 25, segunda-feira.

Empresariado carioca quer 8 pontos alterados

Da Sucursal do Rio

O deputado federal Ricardo Fiúza (PFL-PE), um dos principais líderes do Centrão, teve ontem um almoço reservado na sede da Associação Comercial do Rio de Janeiro com 26 empresários e banqueiros. Eles definiram oito pontos principais da nova Carta que o grupo se comprometeu a lutar para modificar no 2º turno.

O deputado pernambucano mencionou cinco pontos que, no seu entender, irão a votação: 1) direito de greve praticamente irrestrito; 2) a imprescritibilidade das ações na justiça, no caso dos trabalhadores rurais; 3) a definição do conceito de empresa nacional; 4) os contratos de risco para exploração de petróleo; 5) o voto facultativo a partir de 16 anos. O deputado do Centrão considera que haverá acordo sobre: 1) jornada de trabalho de seis horas; 2) as restrições às empresas estrangeiras na mineração; 3) salário maior para o trabalhador em férias.

Entre os empresários que almoçaram com Fiúza estavam: o presidente do Sindicato dos Bancos do Rio, Theophilo de Azeredo Santos; o presidente da IBM do Brasil, Rudolf Hohm; o presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Arthur João Donato; o diretor do grupo Monteiro Aranha, Olavo Monteiro de Carvalho; o presidente em exercício da Associação Comercial do Rio, Oswaldo Tavares.

Centrão diz que proteção social é pseudo-avanço

Da Sucursal de Brasília

A pesquisa DataFolha publicada no domingo constata que a maioria da população brasileira deseja manter na Constituição os artigos que garantem proteção social. No Congresso constituinte, falando sobre a pesquisa, o negociador principal do Centrão, Luis Roberto Ponte (PMDB-RS), disse: "Todos são a favor, inclusive eu, mas é preciso ver o que é direito e o que é falso direito, o que é avanço e o que é pseudo-avanço".

Ponte cita como exemplo a jornada de trabalho de seis horas para turnos contínuos. "Isso é uma falsa conquista. Empresário algum paga benefício. Tudo é repassado para o custo e, se o país trabalha menos, quem acaba pagando é o trabalhador".

O presidente do PSDB, senador Mário Covas (SP), afirmou: "Isto mostra que, apesar de erros, estamos indo no caminho certo. Ou, pelo menos, o caminho possível". Wladimir Palmeira, do PT, disse: "A Constituição que estamos fazendo é retrógrada e de direita, mas a pesquisa mostra que a sociedade deseja outra coisa e o que já foi feito são conquistas populares e não invenção de esquerdista". O secretário-geral do PSDB, deputado Euclides Scalco (PR), afirmou: "Com isto, nós vemos que apesar de todas as críticas a sociedade é capaz de identificar o que quer e o que está sendo feito".

Leonidas criticado por declarações sobre o 2º turno

Da Sucursal de Brasília

A declaração do ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, contra a jornada de seis horas de trabalho para turnos contínuos, provocou uma resposta uniforme entre os poucos parlamentares que compareceram ontem ao Congresso. Os deputados ouvidos utilizaram a expressão "interferência indevida" para caracterizar a declaração. O tom das críticas foi maior em relação à afirmação do ministro de que foi procurado por "empresários de multinacionais e empresas nacionais", que foram lhe pedir para trabalhar contra o turno de seis horas.

"Sinto muito que o ministro do Exército, general Leonidas, tenha se tornado advogado das multinacionais", disse o deputado Fernando Santana (PCB-BA). O senador Mário Covas (SP), ao saber do teor das declarações, espantou-se: "É o fim do mundo." Disse que espera que "pelo menos no segundo turno deixem a Constituinte trabalhar sozinha". A deputada Dirce Quadros (PSDB-SP) perguntou: "Será que o general Leonidas, alguma vez na vida, já trabalhou mais de seis horas sem parar para comer ou tomar água. Ou será que alguma vez ele já trabalhou seis horas seguidas?" O deputado Wladimir Palmeira (PT-RJ) ironizou: "É um revolucionário. O general está querendo acirrar a luta de classes".

Jornada de seis horas prejudicará Aeronáutica, afirma Moreira Lima

Da Sucursal de Brasília

O ministro da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Octávio Júlio Moreira Lima, 62, disse ontem que não interessa aos militares que seja mantida na votação do segundo turno do projeto de Constituição a jornada de seis horas de trabalho em turnos contínuos.

Segundo Moreira Lima, a preservação deste item afetaria o funcionamento de várias organizações ligadas à Aeronáutica, como a Embraer. "Ela tem três turnos de trabalho de oito horas cada e isso iria onerar, uma vez que teríamos de aumentar o número de funcionários e, é evidente que a produtividade cai". O mesmo, segundo o ministro, se aplicaria aos controladores de voo.

Assessoria parlamentar

Ao contrário do ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, que afirmou antontem que iria trabalhar contra a jornada de seis horas, Moreira Lima afirmou que "não nos interessa a continuidade desse item mas isso vai ser analisado pela nossa assessoria parlamentar".

A respeito dos empresários estrangeiros e nacionais que têm procurado os ministros militares para falar sobre a preservação do subsolo e contratos de risco, o ministro foi taxativo: "Não se trata de trabalhar a favor destes. Não é



O tenente-brigadeiro Moreira Lima, titular do Ministério da Aeronáutica

assunto de minha área e não vou meter num assunto que não me diz respeito".

Sobre a anistia que foi concedida aos microempresários que contraíram dívidas durante o Plano Cruzado, Moreira Lima afirmou que "anistia para caloteiro, sinceramente, essa não dá". Moreira Lima condenou a extensão do direito de greve aos setores essenciais, ressaltando, no entanto, que as Forças Armadas só irão pleitear mudanças que afetem-nas diretamente. "Cada segmento da sociedade deve se estruturar, se organizar, para então fazer as suas propostas", disse.

O artigo 5º, inciso 62, do projeto de Constituição votado no primeiro turno diz que "ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente". Moreira Lima defende a supressão do termo "autoridade judiciária", que seria substituído por "autoridade competente".

Moreira Lima citou o caso de um Inquérito Policial Militar (IPM) como exemplo: "No caso do roubo de armas em uma de nossas unidades, a autoridade competente foi quem determinou a abertura do processo. Então, o judiciário é exagero."